

2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

2.3.1. Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior em 2009 foi dominada por iniciativas voltadas para o arrefecimento dos efeitos adversos impostos às empresas importadoras e exportadoras em decorrência da expressiva queda nos fluxos comerciais mundiais, na sequência dos desdobramentos da crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008. A transmissão da crise para o crédito proporcionou o deslocamento de significativa parcela das operações do setor de comércio exterior do mercado de crédito internacional para o doméstico, fato que exigiu a criação de instrumentos voltados para garantir a liquidez em moeda estrangeira, minimizando os efeitos da escassez das linhas de financiamento destinadas a esse setor, conforme apresentado no item Política Cambial.

Com o objetivo de contribuir para o processo de adaptação dos exportadores brasileiros à nova conjuntura internacional, o que exigiu renegociações de contratos firmados anteriormente, o CMN, pela Resolução nº 3.675, de 29.01.2009, passou a permitir que bancos e exportadores, mediante consenso, pudessem prorrogar, até 31.01.2010, o prazo de embarque de mercadorias em contratos celebrados até a data da publicação da Resolução. A medida procurou facilitar as condições para os exportadores que estavam enfrentando situação de queda da demanda internacional por causa da crise financeira, permitindo a prorrogação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) até que o exportador encontrasse outro comprador para o seu produto no exterior.

Nesse mesmo sentido devem ser entendidas as mudanças realizadas no Proex (Programa de Financiamento às Exportações), introduzidas pela Resolução nº 10, de 17.02.2009, da Camex, que ampliou o número de empresas que poderão recorrer ao Programa. Foram enquadradas no Proex todas as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões, face a R\$ 300 milhões anteriormente. A decisão da Camex levou em consideração a escassez de crédito para operações de comércio exterior e a necessidade de disponibilizar recursos para um número maior de empresas exportadoras brasileiras, em virtude da crise financeira internacional.

Outra mudança no Proex foi a criação de modalidade específica para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com faturamento bruto anual de até R\$ 60 milhões e exportações de até US\$1 milhão, o que permite que as exportações contem com a garantia Seguro de Crédito à Exportação e sejam amparadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Além disso, o financiamento poderá ser de até 100% dos valores de seus contratos, com prazo máximo de 180 dias para o pagamento, sendo voltada principalmente para a fase pré-embarque.

A atuação do BNDES teve papel importante na garantia de crédito tanto para investimento quanto para o comércio exterior. Para tanto, foi fortalecida sua capacidade de

financiamento da indústria, com a criação de nova linha de crédito no montante de R\$80 bilhões, que se somaram aos R\$ 100 bilhões disponibilizados no início de 2009 ao banco de fomento. Além disso, foi prorrogado, de 31.12.2009 para final de junho de 2010, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que permite à União equalizar a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. Essa medida teve por objetivo beneficiar a compra de caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos para a indústria, entre outros, com taxa de juros de 4,5% ao ano. Importante ressaltar o processo de internacionalização do BNDES, que abriu escritórios em Montevideu e em Londres. No ano, os desembolsos relacionados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US\$8,3 bilhões, ante US\$ 6,6 bilhões em 2008. A ação do BNDES explicita, portanto, a preocupação em criar alternativas de linhas de financiamento, fato que pode explicar o aumento da importância do financiamento das exportações nas operações daquele banco.

Em situação de crise financeira global, o esforço de promoção comercial assume papel crucial no sentido de abrir novas oportunidades às empresas exportadoras brasileiras. Isso explica a ênfase dada pela Apex-Brasil a várias missões empresariais realizadas em vários países e regiões geográficas: Sul da África (África do Sul, Moçambique, Angola), Cuba, Serra Leoa, América Latina, Turquia, Norte da África. Outra medida importante foi a abertura de um Centro de Negócios na China, unidade que auxilia a internacionalização das empresas brasileiras, desde a prospecção de mercado até a distribuição de produtos.

Com relação ao Mercosul, houve pouca evolução do processo negociador, inclusive tendo-se registrado aumento do número de contenciosos comerciais entre Argentina e Brasil, em especial a exigência de licença prévia de importação de vários produtos da pauta brasileira destinados ao mercado argentino. A queda do fluxo comercial também contribuiu para esse resultado. No entanto, foram mantidas as tradicionais políticas de ex-tarifários e defesa comercial. O maior avanço político foi a aprovação pelo Senado brasileiro da adesão da Venezuela ao bloco, restando agora a aprovação do legislativo paraguaio para que aquele país seja membro pleno.

Com relação à OMC, a crise mundial também influenciou a manutenção da paralisação no tocante à conclusão da Rodada Doha. Oportuno registrar a autorização dada por este Organismo para que o Brasil aplicasse retaliação aos EUA em razão do desfecho do contencioso do algodão. Em função dessa decisão, a Camex criou Grupo Interministerial para estudar a possibilidade e a forma de realizar essa retaliação.

Registre-se ainda, em 2009, a prorrogação, até 30.06.2010, da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre bens de capital. O benefício, que atinge cerca de 70 itens do setor, seria encerrado ao final de dezembro de 2009. Além disso, para garantir o financiamento de itens da indústria naval, como

plataformas de perfuração e navios para os estaleiros brasileiros, a União foi autorizada a conceder novo empréstimo, no valor de R\$ 15 bilhões, para o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

2.3.2. Política Cambial

A partir da falência do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008, ocorreu expressiva deterioração do cenário macroeconômico global. Uma das consequências desse ambiente externo recessivo e de crescente aversão ao risco dos investidores foi a significativa retração na oferta das linhas de financiamento internacionais, fato que impactou diretamente as operações de comércio exterior brasileiras.

Dada a permanência desse cenário de turbulência no mercado financeiro internacional e seus reflexos negativos sobre a economia do país, a política cambial foi, no início de 2009, marcada pela manutenção e pelo aperfeiçoamento das medidas implementadas no último trimestre do ano anterior, voltadas a garantir a liquidez em moeda estrangeira e a suprir a escassez de oferta de linhas internacionais. Os principais instrumentos utilizados foram: i) as intervenções de venda no mercado à vista; ii) os leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio (linhas com recompra); iii) a concessão de empréstimos em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil; iv) a prorrogação do acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*; e v) as operações de *swap* cambial.

Em 2009, o Banco Central manteve, nos dois primeiros meses do ano, sua estratégia de venda de divisas no mercado à vista, as quais totalizaram liquidações de US\$ 3,4 bilhões. No entanto, passado o momento de maior incerteza da crise financeira internacional, combinado com o retorno dos fluxos de investimentos estrangeiros direcionados às aplicações em renda fixa e, especialmente, em renda variável, foram dadas as condições para a mudança da estratégia de atuação do Banco Central. Dessa maneira, em meados de fevereiro as intervenções de venda foram interrompidas e, em maio, o Banco Central passou a realizar intervenções de compra no mercado *spot*, as quais somaram liquidações de US\$ 27,5 bilhões no ano. Consideradas as recompras de linhas e amortizações de empréstimos em moeda estrangeira, as intervenções totais do Banco Central somaram US\$ 36,5 bilhões no ano.

Na modalidade linhas com recompra são realizados leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio. Para tanto, são celebrados contratos de câmbio de compra e venda, entre o Banco Central e os *dealers*, nos mesmos valores, com liquidações para D+2, no caso da venda, e data futura, estabelecida na divulgação do leilão, para a compra. Esta modalidade de leilão foi realizada inicialmente em setembro de 2008. As operações cursadas nessa modalidade corresponderam a vendas de US\$ 23,3 bilhões, dos quais US\$ 9,8 bilhões em 2009, e compras de igual valor, sendo US\$ 18,1 bilhões em 2009. Dessa maneira, ao final do referido ano, todo o estoque de

operações dessa modalidade de leilão havia sido encerrado.

Quanto aos empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade com garantias em títulos soberanos brasileiros (*Globals*), a Autoridade Monetária realizou um leilão, em outubro de 2008, cujo vencimento ocorreu em 20 de abril de 2009, no montante de US\$ 1,5 bilhão. As modalidades com garantia em ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) foram fundamentais para garantir liquidez para as linhas de financiamento ao comércio exterior, as quais experimentaram expressiva contração em decorrência das turbulências nos mercados financeiros. Do ponto de vista operacional, exigia-se que, a partir do resultado do leilão, a instituição financeira deveria realizar, primeiramente, operação de linhas com recompra, no prazo aproximado de 30 dias. Durante esse período, a instituição financeira deveria emprestar a exportadores, via ACC ou ACE, os dólares adquiridos no leilão de linha com recompra. O montante das operações de comércio exterior efetivamente ofertadas pela instituição financeira corresponderia, num segundo momento, ao montante do empréstimo em moeda estrangeira.

A forma de aplicação dos recursos em moeda estrangeira era definida pelo Banco Central, tendo sido implementadas modificações na sua regulamentação no sentido de alterar as garantias exigidas e a amplitude da destinação dos recursos em moeda estrangeira, ajustando a atuação da Autoridade Monetária às reais necessidades da economia. Nesse sentido, em fevereiro, foi divulgada a possibilidade de utilização de recursos das reservas internacionais para rolagem de compromissos da dívida externa de empresas brasileiras, como, por exemplo, o pagamento de empréstimos, financiamentos, arrendamento e aluguel de equipamentos. Essa iniciativa seguiu o marco legal definido pela Medida Provisória nº 442, de 6.10.2008, que estabeleceu critérios e condições especiais para avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central como garantia das operações de empréstimo em moeda estrangeira, e foi regulamentada pela Circular nº 3.434/2009. Os referidos compromissos das empresas deveriam limitar-se ao período entre 01.10. 2008 e 31.12.2009.

Outra modificação foi introduzida pela Resolução nº 3.689/2009, pela qual o CMN autorizou que subsidiárias de bancos brasileiros no exterior tomassem empréstimos junto ao Banco Central para repassar à instituição coligada no Brasil. Esse repasse ocorreria por meio de depósito interfinanceiro, com emissão de documento comprobatório a ser entregue ao Banco Central como garantia do empréstimo. A garantia deveria ser títulos públicos federais ou outros ativos em moeda nacional ou estrangeira no montante de, no mínimo, 100% e, no máximo, 140% do valor da operação, tendo sido elegíveis compromissos de instituições financeiras brasileiras compreendidos no período entre 01.10.2008 e 31.12.2009.

Modificação adicional, relacionada à exigência de garantias nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, foi introduzida pela Resolução nº 3.691/2009.

Por meio desta resolução, o CMN autorizou o Banco Central do Brasil a receber como garantia, nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, 100% (cem por cento), para outros ativos denominados ou referenciados em dólares dos Estados Unidos da América, com classificação nas categorias de risco AA, A e B, nos termos da Resolução nº 2.682/99, ou de risco equivalente, no mínimo, ao grau A, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação.

Nessa mesma linha deve ser vista a flexibilização, conferida pela Resolução CMN nº 3.715/2009, que autorizou o recebimento, como garantia de operações de empréstimos em moeda estrangeira, de ativos denominados em reais, desde que acompanhados por contrato de derivativo ligado à variação do câmbio, realizado com contraparte de risco de crédito de longo prazo equivalente a no mínimo "A", exigindo-se também que o valor combinado das garantias em reais e do contrato derivativo seja igual ou superior ao valor do empréstimo em dólar. Em 2009, as operações em moeda estrangeira apresentaram amortizações líquidas de US\$ 4,2 bilhões à Autoridade Monetária. Ao final do ano, o estoque de empréstimos nessa modalidade era de US\$ 536 milhões.

O acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*, instituído pela Resolução CMN nº 3.631/2008, no valor limite de US\$ 30 bilhões, foi prorrogado duas vezes pelo CMN, por meio das Resoluções nº 3.707/2009, e nº 3.744/2009, esta última, com vigência até 1º de fevereiro de 2010. Oportuno salientar que o Banco Central do Brasil não fez uso efetivo dessas disponibilidades.

Com relação às operações de *swaps* cambiais, o Banco Central iniciou oferta de *swaps* cambiais tradicionais – nos quais assume posição ativa em taxa de juros doméstica e passiva em variação cambial – a partir de 06.10.2008, com o aprofundamento da crise financeira e sua transmissão ao mercado de câmbio doméstico. Essas operações se realizaram ao longo do primeiro semestre de 2009. Em junho daquele ano, o Banco Central encerrou todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial.

A melhora do ambiente econômico internacional e o aumento dos fluxos cambiais direcionados ao país criaram condições para a valorização nominal da moeda brasileira, 25,5% ante a cotação de fechamento de 2008, encerrando o ano a R\$1,7412/US\$ pela *Ptax-venda*. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam igualmente a valorização da moeda brasileira ante a norte-americana de, respectivamente, 20% e 26,1%.

Outro fato que evidencia o acerto na condução da política cambial foi a elevação, em 22.09.2009, do *rating* do país a *investment grade* pela *Moody's*, alinhando sua avaliação à das outras duas principais agências - *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*. Como justificativa de sua decisão, a *Moody's* salientou a tempestiva reação do Brasil à crise, evidenciando a solidez dos fundamentos econômicos da economia brasileira em relação a outros países que possuíam *ratings* superiores ao brasileiro. Além disso, a

elevação refletiu o reconhecimento, pela agência, da capacidade de absorção de choques, como no caso do severo teste de estresse experimentado pelo país ao longo dos últimos meses, assim como evidenciou a melhora significativa do perfil de crédito soberano do Brasil. O *spread* medido pelo EMBI+, calculado pelo JP Morgan, corroborou com a percepção favorável a respeito da avaliação de risco do país, ao fechar o ano de 2009 no patamar do período anterior à crise, 192 pontos, o menor valor registrado em 2009.

Desde abril de 2009, o fluxo cambial para o país voltou a registrar ingressos líquidos. Esses ingressos, especialmente os voltados para investimentos em renda fixa e variável, somados à apreciação cambial, justificaram a imposição de taxa de 2% de IOF nas operações de câmbio para ingresso de recursos no país. A taxa foi implementada pelos Decretos nº 6.983/2009, e nº 6.984/2009, que determinaram que a taxa produzisse seus efeitos em relação aos contratos de câmbio celebrados a partir do dia 20 de outubro de 2009. Ademais, pelo Decreto nº 7.011/2009, foi anunciada incidência da alíquota de 1,5% de IOF nas novas emissões de recibos de depósito de ações de companhias brasileiras, negociadas em bolsas estrangeiras. Essa taxa eliminou a arbitragem em favor dos *American Depositary Receipts* (ADRs) contra ações emitidas no Brasil. O IOF passou a ser cobrado somente nas emissões de novas ações, não influenciando o mercado secundário.

Outra medida relevante, relacionada ao setor externo, foi a regulamentação, pelo Decreto nº 7.055/2009, do Fundo Soberano do Brasil (FSB), autorizando a comprar moeda estrangeira. Convém lembrar que o FSB tem por finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior.

No que se refere às medidas de regulação das operações de derivativos cambiais, a Autoridade Monetária passou a exigir, a partir da edição da Circular nº 3.474/2009, o registro, em câmara de compensação, de instrumentos financeiros derivativos vinculados a empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior realizados com base na Resolução nº 2.770/2000, os quais passaram a ficar à disposição das autoridades fiscalizadoras.

Dentre as medidas voltadas para o aperfeiçoamento do mercado de câmbio, para a simplificação e consolidação de regras e procedimentos cambiais, destaque-se a consolidação, pela Circular nº 3.461/2009, das regras sobre procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas a crimes previstos na Lei nº 9.613/98. Foram consolidadas, em um único normativo, todas as regras para manutenção de registros de operações e serviços financeiros e ampliadas as exigências de identificação de clientes bancários. A norma introduz os conceitos de cliente permanente e de cliente eventual, que devem observar regras distintas para fins da obtenção de dados cadastrais. Também foi ampliado o escopo de identificação de "pessoa politicamente exposta" para todos

os clientes de instituições financeiras. Assim, as instituições poderão adotar para qualquer cliente os mesmos critérios de avaliação e risco usados para “pessoa politicamente exposta”.

Nessa mesma linha, o Banco Central, pela Circular nº 3.462/2009, aperfeiçoou medidas de prevenção à prática de lavagem de dinheiro nas transferências internacionais e determinou que as próprias ordens de pagamentos devam ter informações mais detalhadas da operação, como nome e documento de identificação das partes envolvidas, endereço e conta bancária, quando for o caso. Caberá às instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio a adoção de medidas para conhecer os métodos e práticas utilizados por seus correspondentes no exterior no sentido de coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo. Identificadas situações em que o país contraparte não aplica as recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi), ou o faz de modo insuficiente, as mesmas devem ser prontamente comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A norma também esclarece que a instituição financeira contratante de correspondente cambial na forma da Resolução 3.568/08 deve ter acesso irrestrito aos documentos referentes às operações cursadas pelo correspondente exposto.

Cumprido salientar, por fim, que o país aceitou o convite do FMI para integrar o grupo dos países emprestadores de recursos por meio desse organismo internacional.

Ao realizar essa operação, o país adquire Direitos Especiais de Saque (DES). Em novembro, foi anunciada a ampliação do aporte brasileiro ao FMI, de US\$10 bilhões para US\$ 14 bilhões, iniciativa articulada com China, Índia e Rússia, de modo que os quatro países passaram a ter poder de veto no âmbito das concessões do *New Arrangements to Borrow* (NAB), programa de crédito voltado para fornecer recursos suplementares ao FMI no caso de uma deterioração do sistema monetário internacional ou de uma situação excepcional que ameace a estabilidade desse sistema internacional.

2.3.3. Movimento de Câmbio

O resultado global do mercado de câmbio em 2009 proporcionou ingressos líquidos de US\$ 28,7 bilhões de recursos contratados, em comparação a saídas líquidas de US\$ 983 milhões em 2008. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US\$ 9,9 bilhões, ante US\$47,9 bilhões em 2008, registrando-se redução de US\$ 38 bilhões, 79,3%. Tal comportamento reflete redução de US\$ 43,3 bilhões, 23%, nas exportações e, em menor grau, a queda de US\$ 5,3 bilhões, 3,8%, nas importações. Ainda que em volumes inferiores aos de 2008, o segmento financeiro foi responsável pela maior parcela do retorno do superávit cambial. Nesse segmento as contratações resultaram em ingressos líquidos de US\$ 18,8 bilhões, contra saídas líquidas de US\$ 48,9 bilhões, em 2008, registrando-se redução de US\$ 85 bilhões, 20,2%, nas compras de moeda estrangeira, e de US\$ 152,7 bilhões, 32,5%, nas vendas.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO

MOVIMENTO DE CAMBIO CONTRATADO								US\$ milhões
Período		Operações com clientes no país						Saldo
		Comercial			Financeiro			Global
		Exportações	Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	(C)
				(A)			(B)	(C) = (A) + (B)
2007		184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454
2008	Jan	15 307	11 134	4 173	32 608	39 138	-6 530	-2 357
	Fev	12 343	9 678	2 665	28 662	28 081	581	3 246
	Mar	16 532	9 869	6 663	40 899	39 511	1 388	8 051
	Abr	19 683	11 256	8 427	30 529	32 233	-1 704	6 723
	Mai	14 674	11 752	2 922	33 894	36 668	-2 774	149
	Jun	17 739	13 039	4 700	49 489	55 067	-5 578	- 877
	Jul	17 090	14 453	2 637	44 683	49 813	-5 130	-2 494
	Ago	16 021	11 927	4 094	47 241	49 390	-2 150	1 944
	Set	19 241	12 251	6 990	30 113	34 299	-4 186	2 803
	Out	14 458	12 848	1 610	29 046	35 295	-6 249	-4 639
	Nov	13 492	10 353	3 139	18 690	28 988	-10 298	-7 159
	Dez	11 405	11 524	- 119	35 386	41 640	-6 254	-6 373
Ano		187 984	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	- 983
2009	Jan	10 261	9 729	532	18 397	21 947	-3 550	-3 018
	Fev	10 482	7 611	2 871	16 382	18 412	-2 030	841
	Mar	12 202	9 098	3 104	22 022	25 923	-3 901	- 797
	Abr	13 801	8 884	4 917	21 267	24 754	-3 487	1 430
2009	Mai	12 390	10 838	1 551	27 538	25 955	1 583	3 134

Período	Operações com clientes no país						Saldo
	Comercial			Financeiro			Global
	Exportações	Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo	(C)
			(A)			(B)	(C) = (A) + (B)
Jun	11 975	12 123	- 148	34 999	33 776	1 223	1 076
Jul	9 886	12 719	-2 833	33 881	29 778	4 103	1 270
Ago	12 867	11 529	1 339	25 830	24 212	1 618	2 957
Set	9 819	13 044	-3 225	32 186	27 597	4 590	1 365
Out	14 304	12 812	1 492	39 705	26 599	13 106	14 598
Nov	13 148	11 689	1 458	24 863	22 432	2 432	3 890
Dez	13 532	14 666	-1 135	39 186	36 065	3 120	1 986
Ano	144 666	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732

Fonte: Banco Central do Brasil

Refletindo a redução no déficit em conta corrente e o comportamento da conta financeira, o mercado cambial brasileiro vem mantendo superávits mensais desde abril, possibilitando que o Banco Central retomasse a política de fortalecimento das reservas internacionais interrompida em setembro de 2008.

A reversão do cenário econômico internacional e o comportamento do fluxo cambial motivaram a atuação do Banco Central no mercado *spot* de câmbio.

A partir de maio de 2009, o Banco Central voltou a adquirir divisas no mercado doméstico. Durante o ano, as intervenções efetuadas pelo Banco Central totalizaram compras líquidas de US\$ 36,5 bilhões, comparativamente a vendas líquidas de US\$ 5,4 bilhões acumuladas durante 2008.

A diferença entre o saldo do mercado cambial e as intervenções líquidas do Banco Central resultou em elevação de US\$ 2,4 bilhões na posição comprada dos bancos, que atingiu US\$ 3,4 bilhões ao final de 2009, ante US\$ 1 bilhão ao final do ano anterior.

2.3.4. Balanço de Pagamentos

Passado o período mais crítico da crise nos mercados financeiros internacionais, ficam evidenciados os desdobramentos favoráveis da condução adequada da política econômica nos últimos anos para a robustez do setor externo e, em consequência, para a solidez do balanço de pagamentos.

Nesse sentido, o desempenho das contas externas em 2009 possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos no ano, além de ter permitido expressiva acumulação de reservas internacionais.

Os impactos recessivos da crise financeira internacional sobre o ritmo da atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, como reflexo da estrutura de passivos externos na qual predominam investimentos em relação à dívida.

Em 2009, o déficit em transações correntes registrou US\$ 24,3 bilhões, redução de US\$ 3,9 bilhões em relação ao assinalado em dezembro de 2008.

O ajuste em transações correntes concentrou-se no primeiro semestre, com o déficit voltando a crescer em linha com a recuperação econômica do país.

Adicionalmente, as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos no ano foram favorecidas pela manutenção dos fluxos líquidos de IED, pela gradual normalização das taxas de rolagem da dívida externa privada e por significativos ingressos de investimentos estrangeiros em portfólio, principalmente para o mercado acionário.

Da mesma forma, o indicador de risco-país, que atingira 688 pontos básicos em 23 de outubro de 2008, retornou ao patamar observado antes do agravamento da crise internacional, alcançando 192 pontos em 31 de dezembro de 2009, enquanto a taxa de câmbio nominal reverteu o processo de depreciação iniciado no segundo semestre de 2008 e apresentou valorização nominal de 25,5%.

Pelo nono ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, registrando excedentes de financiamento externo, definidos como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, de US\$ 1,6 bilhão no ano, 0,1% do PIB, ante US\$ 16,9 bilhões, equivalentes a 1,03% do PIB, em 2008.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	11 302	13 534	24 836	13 925	11 423	25 347
Exportações	90 645	107 298	197 942	69 952	83 043	152 995
Importações	79 343	93 764	173 107	56 027	71 621	127 647
Serviços	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750
Despesas	22 319	24 821	47 140	20 846	26 165	47 011
Rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510
Transferências unilat. correntes	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661
Despesas	- 626	- 467	-1 093	- 639	- 759	-1 398
Transações correntes	-16 871	-11 321	-28 192	-7 187	-17 148	-24 334
Conta capital e financeira	40 214	-10 862	29 352	18 976	51 575	70 551
Conta capital1/	389	666	1 055	581	548	1 129
Conta financeira	39 825	-11 528	28 297	18 395	51 028	69 423
Investimento direto (líquido)	8 131	16 470	24 601	14 464	21 569	36 033
No exterior	-8 579	-11 878	-20 457	1 798	8 286	10 084
Participação no capital	-6 261	-7 599	-13 859	-1 190	-3 355	-4 545
Empréstimos intercompanhias.	-2 318	-4 280	-6 598	2 988	11 641	14 629
No país	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Empréstimos intercompanhias.	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Investimentos em carteira	13 292	-12 159	1 133	1 341	47 793	49 133
Ativos	10	1 891	1 900	- 922	3 897	2 975
Ações	- 52	309	257	- 524	3 106	2 582
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Passivos	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Ações	4 828	-12 393	-7 565	3 030	34 041	37 071
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Derivativos	- 380	68	- 312	212	- 56	156
Ativos	- 15	313	298	294	29	322
Passivos	- 365	- 245	- 610	- 81	- 85	- 166
Outros investimentos2/	18 782	-15 907	2 875	2 379	-18 278	-15 900
Ativos	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Passivos	20 359	-12 215	8 143	14 744	2 497	17 241
Erros e omissões	-4 105	5 914	1 809	- 372	806	434
Resultado do balanço	19 238	-16 269	2 969	11 417	35 234	46 651
Memo:						
Transações correntes/PIB	-0,02	-0,01	-0,02	-0,01	-0,02	-0,02
Amort. médio e longo prazos3/	10 471	11 894	22 366	8 640	33 322	41 962

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Em 2009, a conta corrente acumulou saldo negativo de US\$ 24,3 bilhões, equivalentes a -1,55% do PIB, ante US\$ 28,2 bilhões, -1,72% do PIB, no período correspondente de 2008. A diminuição do déficit em conta corrente está associada, fundamentalmente, à redução de US\$ 6,9 bilhões no déficit da conta de rendas, uma vez que ocorreu aceleração do déficit nas contas de serviços e as receitas líquidas relativas a transferências unilaterais decresceram 22,8%, situando-se em US\$ 3,3 bilhões. As contas capital e financeira foram positivas em US\$ 70,6 bilhões no ano. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US\$ 46,7 bilhões.

SERVIÇOS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750
Despesas	-22 319	-24 821	-47 140	-20 846	-26 165	-47 011
Transportes	-2 680	-2 314	-4 994	-1 707	-2 217	-3 925
Receitas	2 287	3 124	5 411	2 001	2 039	4 040
Despesas	-4 967	-5 438	-10 405	-3 708	-4 257	-7 965
Viagens	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594
Receitas	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305
Despesas	-5 534	-5 428	-10 962	-4 454	-6 444	-10 898
Seguros	- 516	- 321	- 837	- 648	- 794	-1 442
Receitas	284	544	828	190	183	373
Despesas	- 801	- 864	-1 665	- 838	- 977	-1 815
Financeiros	181	- 88	93	- 247	- 196	- 443
Receitas	682	556	1 238	456	714	1 169
Despesas	- 500	- 644	-1 145	- 702	- 910	-1 612
Computação e informações	-1 414	-1 184	-2 598	-1 259	-1 327	-2 586
Receitas	87	102	189	92	117	209
Despesas	-1 501	-1 286	-2 787	-1 351	-1 444	-2 795
Royalties e licenças	-1 145	-1 087	-2 232	- 866	-1 212	-2 078
Receitas	204	262	465	193	241	434
Despesas	-1 349	-1 348	-2 697	-1 059	-1 453	-2 512
Aluguel de equipamentos	-3 052	-4 756	-7 808	-4 371	-5 022	-9 393
Receitas	20	35	55	25	25	50
Despesas	-3 072	-4 790	-7 863	-4 396	-5 047	-9 442
Serviços governamentais	- 528	- 588	-1 116	- 591	- 864	-1 454
Receitas	810	818	1 628	614	869	1 483
Despesas	-1 338	-1 406	-2 744	-1 205	-1 733	-2 938
Comunicações	112	55	167	89	97	186
Receitas	304	162	466	170	183	353
Despesas	- 192	- 107	- 299	- 80	- 86	- 166
Construção	7	7	14	4	6	11
Receitas	10	13	23	6	9	14
Despesas	- 3	- 6	- 9	- 1	- 3	- 4
Relativos a comércio	151	284	435	414	201	615
Receitas	532	829	1 361	772	671	1 443
Despesas	- 381	- 545	- 926	- 358	- 470	- 828
Pessoais, culturais e recreação	- 358	- 425	- 783	- 357	- 520	- 878
Receitas	42	45	86	37	44	80
Despesas	- 400	- 469	- 869	- 394	- 564	- 958
Empresariais, profissionais e técnicos	3 736	4 411	8 147	3 319	4 401	7 720
Receitas	6 015	6 900	12 915	5 617	7 180	12 797
Despesas	-2 279	-2 489	-4 768	-2 298	-2 779	-5 077

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$ 19,3 bilhões, em 2009, US\$ 2,6 bilhões acima do resultado do ano anterior. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas aluguel de equipamentos, serviços financeiros, seguros e viagens internacionais.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$ 9,4 bilhões em 2009, ante US\$ 7,8 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de maior utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não-residentes. As receitas apresentam valores pouco expressivos.

As despesas líquidas com serviços financeiros registraram US\$ 443 milhões, ante receitas líquidas de US\$ 93 milhões em 2008. Esse resultado evidenciou queda de 5,5% nas receitas, que atingiram US\$ 1,2 bilhão, e elevação de 40,8% nas despesas, totalizando US\$ 1,6 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$ 1,4 bilhão, ante US\$ 837 milhões, em 2008. Houve decréscimo de 55% nas receitas de seguros, que somaram US\$ 373 milhões, em 2009, e elevação de 9% nas despesas, que somaram US\$ 1,8 bilhão.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$3,9 bilhões, 21,4% inferior ao resultado de 2008, consistente com os comportamentos da balança comercial e de viagens internacionais. O desempenho de exportações e importações de bens acarretou queda de 33,1% das despesas líquidas com fretes em 2009. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, reduções de 12,4% e 25,5%.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$ 2,6 bilhões, mesmo patamar de 2008. As receitas alcançaram US\$ 209 milhões, e as despesas, US\$ 2,8 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$ 2,1 bilhões em 2009, com recuo de 6,9% frente ao registrado no ano anterior. O resultado refletiu os aumentos das remessas, 6,9%, e das receitas, 6,8%.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$ 1,5 bilhão, em 2009, elevação de 30,4% face ao ano anterior. O resultado refletiu aumentos de 7,1% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que somaram US\$ 2,9 bilhões. Ainda na comparação com o ano anterior, as receitas tiveram redução de 8,9% e situaram-se em US\$ 1,5 bilhão.

VIAGENS INTERNACIONAIS

Discriminação	US\$ milhões					
	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594
Receita	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305
Despesa	5 534	5 428	10 962	4 454	6 444	10 898
Cartões de crédito	-1 762	-1 933	-3 695	-1 491	-1 922	-3 412
Receita	1 486	1 313	2 799	1 265	1 910	3 175
Despesa	3 247	3 246	6 493	2 755	3 832	6 587
Serviços turísticos	- 343	- 342	- 685	- 227	- 360	- 587
Receita	203	191	395	181	152	333
Despesa	546	534	1 080	408	512	920
Outros	- 531	- 267	- 798	- 169	-1 425	-1 594
Receita	1 210	1 382	2 592	1 121	676	1 797
Despesa	1 741	1 648	3 390	1 290	2 101	3 391

Fonte: Banco Central do Brasil

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais em 2009 são expressivos, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. As despesas líquidas totalizaram US\$ 5,6 bilhões em 2009, em comparação a US\$ 5,2 bilhões registrados no ano anterior. Observe-se, no entanto, aumento das despesas líquidas no segundo semestre do ano, em linha com a apreciação cambial do período e ganhos de renda. As receitas com viagens internacionais somaram US\$ 5,3 bilhões, registrando recuo de 8,3% em relação a 2008. Os dispêndios de brasileiros no exterior, por sua vez, sofreram redução de 0,6%, em 2009, atingindo US\$ 10,9 bilhões. Esses movimentos resultaram em despesas líquidas de US\$ 587 milhões no item turismo, 14,2% inferiores aos gastos registrados em 2008, US\$ 685 milhões. O déficit da conta turismo acelerou-se ligeiramente na segunda metade do ano, passando de US\$ 227 milhões, no primeiro semestre, para US\$ 360 milhões, no segundo semestre. No ano, as saídas líquidas com cartões de crédito, principal componente do item, somaram US\$ 3,2 bilhões, redução de 7,6% na comparação com o ano anterior.

SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	3 736	4 374	8 110	3 319	4 401	7 720
Crédito	6 015	6 900	12 915	5 618	7 180	12 798
Encomendas postais	0	0	1	0	0	0
Honorário de profissional liberal	1 266	1 418	2 684	1 278	1 430	2 708
Serviços administrativos e aluguel imóveis	1 798	2 100	3 898	1 678	2 072	3 750
Participação em feiras e exposições	13	15	27	23	20	43
Passe de atleta profissional	104	131	235	56	121	177
Publicidade	143	163	307	168	138	306
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 638	3 012	5 650	2 373	3 285	5 658
Serviços de projeto técnico-econômico	53	62	114	38	112	150
Despesa	2 279	2 526	4 805	2 299	2 779	5 078
Encomendas postais	7	7	15	10	11	21
Honorário de profissional liberal	276	241	517	302	342	644
Serviços administrativos e aluguel imóveis	443	534	977	428	457	885
Participação em feiras e exposições	36	34	70	31	34	65
Passe de atleta profissional	24	19	43	9	12	21
Publicidade	120	101	221	90	129	219
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 372	1 587	2 959	1 427	1 793	3 220
Serviços de projeto técnico-econômico	1	2	3	1	0	1

Fonte: Banco Central do Brasil

O item outros serviços somou receitas líquidas de US\$ 7,7 bilhões, redução de 4,1%, em comparação ao ano anterior. Nesse grupo, os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US\$ 7,7 bilhões, em 2009, ante US\$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US\$ 878 milhões, aumento de 12,1%. A conta Comunicações registrou receitas líquidas de US\$ 186 milhões em 2009, comparativamente a US\$ 167 milhões no ano anterior, acréscimo de 11,5%, principalmente pela redução nas despesas, de US\$ 299 milhões para US\$ 166 milhões.

RENDAS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510
Salários e ordenados	258	287	545	333	270	603
Receitas	313	417	730	369	296	665
Despesas	55	130	185	36	26	62
Renda de investimentos	-22 175	-18 932	-41 107	-14 968	-19 319	-34 287
Receitas	6 016	5 765	11 781	4 320	3 840	8 160
Despesas	28 191	24 696	52 888	19 288	23 160	42 448
Renda de investimento direto	-13 810	-12 965	-26 775	-7 958	-11 784	-19 742
Receitas	897	1 101	1 997	585	701	1 287
Despesas	14 706	14 066	28 773	8 544	12 485	21 029
Lucros e dividendos	-13 446	-11 902	-25 348	-7 213	-10 552	-17 765
Receitas	570	956	1 526	535	652	1 186
Despesas	14 016	12 858	26 874	7 748	11 203	18 951
Juros de empréstimos intercompanhias	-364	-1 063	-1 427	-745	-1 232	-1 977
Receitas	326	145	472	51	49	100
Despesas	690	1 208	1 898	796	1 281	2 077
Renda de investimento em carteira	-5 149	-2 889	-8 039	-4 140	-5 073	-9 213
Receitas	4 424	4 271	8 695	3 192	2 636	5 827
Despesas	9 573	7 161	16 734	7 332	7 709	15 041
Lucros e dividendos	-5 546	-2 980	-8 527	-3 646	-3 807	-7 453
Receitas	13	2	15	20	24	44
Despesas	5 559	2 982	8 542	3 666	3 831	7 497
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	397	91	488	-494	-1 267	-1 760
Receitas	4 411	4 269	8 680	3 172	2 611	5 783
Despesas	4 014	4 178	8 192	3 665	3 878	7 543
Renda de outros investimentos ^{1/}	-3 216	-3 077	-6 293	-2 870	-2 462	-5 332
Receitas	696	393	1 088	543	504	1 046
Despesas	3 911	3 470	7 381	3 413	2 966	6 378
Memo:						
Juros	-3 183	-4 049	-7 232	-4 109	-4 961	-9 069
Receitas	5 433	4 807	10 240	3 765	3 164	6 930
Despesas	8 616	8 856	17 472	7 874	8 125	15 999
Lucros e dividendos	-18 993	-14 882	-33 875	-10 859	-14 358	-25 218
Receitas	583	958	1 541	555	676	1 231
Despesas	19 576	15 840	35 416	11 414	15 035	26 449

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

O déficit da conta de rendas, cujo resultado é predominantemente determinado por juros e lucros e dividendos, apresentou redução de 17%, passando de US\$ 40,6 bilhões, em 2008, para US\$ 33,7 bilhões, em 2009. Ao longo de 2009, pelo quarto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e em carteira sobre o estoque do endividamento externo na composição do passivo externo. Em 2009, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 25,2 bilhões, ante US\$ 33,9 bilhões em 2008. A redução de 25,6% desse saldo esteve relacionada à intensificação da

crise, com reflexo na menor lucratividade das empresas. Esse processo espelha também uma nova composição do passivo externo brasileiro, na qual a dívida externa reduz participação relativa na comparação com o investimento estrangeiro direto e em carteira.

Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$ 9,1 bilhões, resultado da redução de 32,3% das receitas e de 8,4% das despesas. As receitas de juros passaram de US\$ 10,2 bilhões em 2008, para US\$ 6,9 bilhões em 2009. Ressalte-se que a queda nas receitas de juros, observada desde meados de 2008, esteve associada à redução da queda dos juros

internacionais, com a consequente diminuição na remuneração dos ativos de reservas internacionais, principal componente dessa rubrica.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$ 603 milhões, com crescimento de 10,7% sobre o resultado de 2008, US\$ 545 milhões.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada, em 2009, pelas remessas líquidas de rendas de investimentos diretos, evento verificado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$ 19,7 bilhões, redução de 26,3% na comparação com 2008. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$ 17,8 bilhões, representando queda de 29,9%, movimento consistente com o cenário de redução do estoque de investimentos estrangeiros no país, função tanto das saídas líquidas de fluxos de portfólio quanto da redução em seus preços e de relativa depreciação do câmbio. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias sofreram acréscimo

de 38,6%, registrando US\$ 2 bilhões, influenciadas pela redução nas receitas, de US\$ 472 milhões para US\$ 100 milhões em 2009.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$ 9,2 bilhões, elevação de 14,6% em relação a 2008. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, que registrou amortizações líquidas de US\$ 1,8 bilhão, ante ingressos líquidos US\$ 488 milhões no ano anterior. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US\$ 7,5 bilhões, redução de 12,6%.

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$5,3 bilhões, crescimento de 15,3%, em 2009, refletindo reduções de 3,8% nas receitas em relação a 2008, que totalizaram US\$1 bilhão, e de 13,6% nas despesas, que atingiram US\$6,4 bilhões em 2009.

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES

Discriminação	US\$ milhões					
	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661
Despesas	626	467	1 093	639	759	1 398
Transferências correntes governamentais	10	27	37	- 73	- 136	- 209
Receitas	66	80	146	41	20	61
Despesas	56	54	109	114	156	270
Transferências correntes privadas	1 876	2 311	4 187	1 703	1 768	3 472
Receitas	2 447	2 724	5 170	2 229	2 371	4 600
Despesas	570	413	983	525	602	1 128
Manutenção de residentes	1 027	1 257	2 284	867	688	1 555
Receitas	1 376	1 537	2 913	1 136	1 088	2 224
Estados Unidos	626	663	1 289	536	359	894
Japão	335	382	717	239	185	425
Demais países	414	492	906	175	43	218
Despesas	348	280	628	269	400	669
Outras transferências	849	1 054	1 903	836	1 080	1 917
Receitas	1 071	1 187	2 258	1 093	1 283	2 376
Despesas	222	133	355	257	203	459

Fonte: Banco Central do Brasil

As transferências unilaterais líquidas decresceram 22,8% durante 2009. Os ingressos líquidos acumularam US\$ 3,3 bilhões, ante US\$ 4,2 bilhões no ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas brutas em 2009 registraram redução de 23,6%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US\$ 2,2 bilhões. A rubrica representou 47,7% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 40,2%, e Japão, 19,1%.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO^{1/}

US\$ milhões

US\$ milhões										
Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2004	Dez	1202	11679	1,76	3150	18146	2,73	-4352	-29825	-4,49
2005	Dez	530	13985	1,58	1406	15066	1,71	-1936	-29051	-3,29
2006	Dez	438	13643	1,27	2457	18822	1,76	-2896	-32465	-3,03
2007	Dez	-498	1551	0,12	886	34585	2,59	-388	-36136	-2,71
2008	Jan	-4028	-2108	-0,15	4826	36989	2,66	-798	-34881	-2,50
	Fev	-1889	-4375	-0,31	890	36501	2,57	999	-32127	-2,26
	Mar	-4343	-8950	-0,62	3083	36819	2,56	1260	-27869	-1,94
	Abr	-3044	-13793	-0,94	3872	37219	2,54	-828	-23427	-1,60
	Mai	-786	-14418	-0,97	1313	38035	2,56	-527	-23617	-1,59
	Jun	-2781	-17741	-1,17	2726	30442	2,01	56	-12701	-0,84
	Jul	-2168	-19163	-1,25	3266	30095	1,96	-1099	-10932	-0,71
	Ago	-1084	-21570	-1,38	4638	32754	2,1	-3554	-11184	-0,72
	Set	-2761	-24879	-1,57	6241	37458	2,36	-3480	-12579	-0,79
	Out	-1239	-25970	-1,61	3913	38184	2,37	-2675	-12214	-0,76
	Nov	-951	-25572	-1,57	2175	37829	2,32	-1223	-12257	-0,75
	Dez	-3119	-28192	-1,72	8115	45058	2,75	-4997	-16866	-1,03
2009	Jan	-2763	-26927	-1,69	1930	42162	2,64	833	-15235	-0,95
	Fev	-612	-25650	-1,65	1968	43240	2,77	-1356	-17590	-1,13
	Mar	-1558	-22865	-1,5	1444	41601	2,73	114	-18736	-1,23
	Abr	89	-19732	-1,33	3409	41138	2,77	-3498	-21407	-1,44
	Mai	-1770	-20716	-1,42	2483	42308	2,89	-713	-21592	-1,48
	Jun	-573	-18508	-1,28	1431	41014	2,84	-858	-22506	-1,56
	Jul	-1639	-17979	-1,25	1287	39035	2,72	352	-21056	-1,47
	Ago	-828	-17723	-1,23	1903	36300	2,52	-1076	-18578	-1,29
	Set	-2449	-17411	-1,19	1816	31875	2,17	633	-14464	-0,99
	Out	-3015	-19187	-1,29	1563	29525	1,98	1452	-10338	-0,69
	Nov	-3271	-21506	-1,41	1604	28955	1,89	1666	-7448	-0,49
	Dez	-5947	-24334	-1,55	5109	25949	1,65	838	-1614	-0,10

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

Conta Financeira

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 579	-11 879	-20 457	1 796	8 288	10 084
Retornos	5 695	7 940	13 635	9 899	15 357	25 256
Saídas	14 274	19 819	34 092	8 103	7 069	15 172
Participação no capital	-6 261	-7 599	-13 859	-1 191	-3 355	-4 546
Retornos	1 097	3 072	4 169	2 411	1 506	3 917
Saídas	7 358	10 671	18 028	3 602	4 861	8 463
Empréstimos intercompanhias	-2 318	-4 280	-6 598	2 987	11 643	14 630
Ingressos	4 598	4 868	9 466	7 488	13 851	21 339
Saídas	6 916	9 148	16 064	4 501	2 208	6 709

Fonte: Banco Central do Brasil

As condições adversas nos mercados financeiros internacionais influenciaram os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior, que somaram retornos líquidos de US\$ 10,1 bilhões, ante aplicações líquidas de US\$ 20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 reflete principalmente amortizações de US\$ 14,6 bilhões em empréstimos

concedidos por empresas brasileiras a coligadas no exterior. A constituição de investimentos diretos no exterior sofreu redução, passando de US\$ 13,9 bilhões em 2008, para US\$ 4,5 bilhões em 2009.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS						
Discriminação				US\$ milhões		
	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Ingressos	27 639	44 197	71 836	23 274	30 233	53 507
Saídas	10 929	15 848	26 778	10 609	16 950	27 558
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Ingressos	16 765	27 692	44 457	12 609	19 071	31 679
Moeda	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Autônomos	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Mercadoria	23	6	29	2	3	4
Saídas	6 052	8 341	14 393	4 891	6 882	11 773
Empréstimos intercompanhias	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Ingressos	10 874	16 504	27 379	10 665	11 162	21 827
Saídas	4 877	7 507	12 384	5 718	10 067	15 785
Das quais conversões	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689
Memo:						
Contribuição líquida de conversões p/IED	315	1 455	1 769	185	962	1 147
Desembolsos totais via conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Saídas de conversões de empr. Interc.	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil apresentaram fluxo líquido de US\$ 25,9 bilhões frente aos ingressos líquidos de 2008, US\$ 45,1 bilhões. Desse total, os ingressos líquidos de participação no capital de empresas no país totalizaram US\$ 19,9 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$ 6 bilhões, comparados a US\$ 15 bilhões em 2008.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (Participação - Distribuição por país de origem ¹⁾)						
País				US\$ milhões		
	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679
Países Baixos	1949	2690	4639	3 094	3 421	6 515
Estados Unidos	3734	3314	7047	1 760	3 142	4 902
Espanha	2016	1834	3851	1 127	2 297	3 424
Alemanha	720	366	1086	2 174	299	2 473
França	1266	1614	2880	755	1 386	2 141
Japão	357	3742	4099	565	1 107	1 673
Canadá	856	586	1442	143	1 228	1 372
Ilhas Cayman	348	1208	1556	274	818	1 092
Reino Unido	560	134	693	193	839	1 032
Chile	97	167	264	133	894	1 027
Austrália	614	540	1154	391	315	707
Noruega	89	118	207	138	533	671
Luxemburgo	483	5454	5937	236	301	537
Ilhas Virgens Britânicas	214	834	1048	101	302	403
Portugal	844	208	1051	132	251	384
Bermudas	263	775	1038	120	261	380
Suíça	443	360	803	131	249	380
Itália	153	232	385	86	146	232
Suécia	10	45	55	101	113	214
Uruguai	92	332	424	56	142	198
México	158	63	220	32	135	167
Colômbia	34	20	54	68	83	152
Panamá	53	44	96	80	52	132
Coreia do Sul	64	564	628	106	26	132

(continua)

País	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Bélgica	49	29	78	82	11	93
Cingapura	72	19	91	79	12	91
Argentina	55	72	127	25	55	80
Chipre	32	14	45	2	68	70
Hungria	0	106	106	10	51	61
Finlândia	64	121	185	2	54	56
Bahamas	560	541	1101	37	16	52
Áustria	85	9	93	15	33	48
Dinamarca	81	90	171	15	32	47
Peru	1	429	429	0	44	45
Hong Kong	14	21	35	6	28	34
Irlanda	22	53	75	5	4	8
Antilhas Holandesas	1	476	477	1	6	6
Costa Rica	3	0	3	2	0	2
Demais países	312	471	783	331	316	647

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Na modalidade de participação no capital, os investimentos estrangeiros diretos dos Países Baixos somaram US\$6,5 bilhões, em 2009, com participação de 20,6% no total, recuperando a posição de principal investidor estrangeiro no país. Outras inversões expressivas foram as originárias dos EUA, US\$ 4,9 bilhões, 15,5% do total; Espanha, US\$ 3,4 bilhões, 10,8%; Alemanha, US\$ 2,5 bilhões, 7,8%; França, US\$ 2,1 bilhões, 6,8%; Japão, US\$ 1,7 bilhão, 5,3%; Canadá, US\$ 1,4 bilhão, 4,3%; e Ilhas Cayman, US\$ 1,1 bilhão. Com aplicações superiores a US\$ 1 bilhão estão também Reino Unido e Chile. Esses países responderam por 81% do total dos ingressos de IED em participação do capital em 2009.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS
(Participação - Distribuição por setor^{1/})

Setor	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2075	10919	12995	1 391	3 206	4 597
Extração de minerais metálicos	925	9719	10645	438	865	1 303
Extração de petróleo e gás natural	709	630	1339	762	1 895	2 656
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	229	269	498	97	158	255
Extração de minerais não-metálicos	4	158	162	2	5	7
Produção florestal	44	74	118	66	99	165
Atividades de apoio à extração de minerais	163	68	231	25	184	209
Demais	1	1	3	1	0	2
Indústria	6525	7488	14013	6 628	6 853	13 481
Veículos automotores, reboques e carrocerias	870	94	964	1 961	203	2 163
Produtos químicos	498	361	859	834	723	1 557
Metalurgia	2717	2267	4984	2 051	1 702	3 754
Produtos alimentícios	782	1444	2226	256	195	451
Bebidas	1	11	12	26	90	116
Celulose, papel e produtos do papel	103	97	200	62	709	770
Máquinas e equipamentos	110	396	506	152	239	390
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28	307	335	192	165	357
Produtos de borracha e de material plástico	429	242	671	203	234	437
Produtos de metal	55	89	144	24	105	128
Produtos minerais não-metálicos	68	583	651	1	224	225
Edição e edição integrada à impressão	2	3	5	4	200	204
Produtos têxteis	18	33	51	1	69	70
Produtos diversos	30	77	107	40	38	79
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	27	117	145	72	253	325
Outros equipamentos de transportes	23	33	55	4	69	73
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	455	1113	1568	300	1 045	1 344
Produtos do fumo	5	2	7	3	5	8
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	2	1	3	1	0	1

(continua)

Setor	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	84	206	290	379	309	688
Produtos de madeira	103	0	104	14	197	211
Outras indústrias	114	12	126	48	80	128
Serviços	8164	9285	17449	4 590	9 012	13 601
Telecomunicações	109	338	447	121	189	310
Comércio, exceto veículos	967	1596	2564	832	1 494	2 326
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	249	124	373	66	189	255
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2821	2288	5109	308	2 582	2 891
Eletricidade, gás e outras utilidades	343	566	909	186	785	970
Alojamento	40	73	113	55	207	262
Construção de edifícios	667	719	1386	356	361	717
Serviços de tecnologia da informação	159	230	390	50	808	858
Atividades imobiliárias	526	1195	1 721	296	298	593
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	224	250	474	972	348	1 320
Transporte	255	398	652	376	135	511
Alimentação	8	46	55	6	14	20
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	63	16	79	42	148	190
Publicidade e pesquisa de mercado	46	50	97	22	33	55
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	225	188	413	75	242	317
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	98	77	176	49	134	183
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços correlatos	3	3	6	2	6	7
Serviços de arquitetura e engenharia	66	120	186	24	67	92
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	316	324	640	237	152	389
Obras de infra-estrutura	189	148	337	29	397	426
Comércio e reparação de veículos	56	40	96	36	36	73
Captação, tratamento e distribuição de água	100	23	123	0	0	0
Outros serviços	632	472	1 104	450	388	838

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Os três setores de atividades – primário, secundário e terciário - registraram diminuição dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos, participação no capital, em 2009.

O setor serviços manteve-se como o maior receptor de investimentos estrangeiros, com US\$ 13,6 bilhões, 42,9% do total de 2009, e redução de 22,1% na comparação com 2008.

Os segmentos de serviços financeiros, comércio e seguros foram os que obtiveram maior participação no setor. O maior dinamismo foi registrado nos segmentos de seguros, 178,5% acima do resultado de 2008; aluguéis não-imobiliários, 140,3%; alojamento, 131,9%; e serviços de tecnologia da informação, 120%. Houve forte retração nos fluxos direcionados às atividades imobiliárias, 65,5%; alimentação, 63,6%; serviços de arquitetura e engenharia, 50,7%; e construção de edifícios, 48,3%.

Os investimentos estrangeiros diretos destinados ao setor industrial participaram com 42,6% do total do fluxo, com US\$ 13,5 bilhões e redução de 3,8% na comparação com 2008. Entre os segmentos mais representativos, destacaram-se: metalurgia; veículos automotores; produtos

químicos; e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis. Os que apresentaram maior elevação frente ao resultado de 2008 foram celulose, papel e produtos do papel; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; veículos automotores; equipamentos de informática; e produtos químicos.

Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos direcionados à indústria alimentícia; de reparação e manutenção de equipamentos de informática; e de minerais não-metálicos apresentaram as maiores retrações.

Na agropecuária e extrativa mineral, onde houve retração de 64,6%, os fluxos passaram de US\$ 13 bilhões para US\$ 4,6 bilhões.

Essa redução concentrou-se nas atividades de extração de minerais metálicos, que perdeu a posição de principal segmento receptor dos investimentos estrangeiros diretos na modalidade participação no capital.

Houve crescimento de 98,4% no segmento exploração de petróleo e gás natural, representando 8,4% no total dos fluxos de 2009.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	10	1 891	1 900	- 922	3 897	2 975
Receitas	2 220	3 189	5 408	980	5 230	6 210
Despesas	2 210	1 298	3 508	1 902	1 333	3 235
Investimentos em ações	- 52	309	257	- 524	3 106	2 582
Receitas	1 090	446	1 536	205	3 345	3 550
Despesas	1 142	137	1 279	728	239	968
BDR - <i>Brazilian Depositary Receipts</i>	- 291	- 7	- 297	11	0	11
Receitas	16	5	21	15	2	17
Despesas	307	12	318	3	2	6
Demais	239	316	554	- 535	3 106	2 571
Receitas	1 074	441	1 515	190	3 343	3 533
Despesas	835	126	961	725	237	962
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Receitas	1 129	2 743	3 872	775	1 884	2 660
Despesas	1 068	1 161	2 229	1 174	1 094	2 267

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US\$ 3 bilhões, comparados a US\$ 1,9 bilhão em 2008, registrando-se ingressos líquidos de US\$ 2,6 bilhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$ 393 milhões, ante US\$ 1,6 bilhão, no ano anterior.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Receitas	150 209	116 251	266 460	74 266	120 185	194 451
Despesas	136 926	130 301	267 227	72 004	76 289	148 292
Investimentos em ações	4 828	-12 393	-7 565	3 030	34 041	37 071
Receitas	118 602	99 000	217 602	55 400	94 343	149 743
Despesas	113 774	111 393	225 167	52 370	60 302	112 671
Negociadas no país	5 167	-16 017	-10 850	3 086	29 012	32 097
Receitas	117 996	94 764	212 759	55 232	89 194	144 426
Despesas	112 829	110 780	223 609	52 146	60 182	112 328
Negociadas no exterior (ADR)	- 339	3 623	3 285	- 56	5 030	4 974
Receitas	606	4 236	4 842	168	5 149	5 317
Despesas	945	613	1 558	223	119	343
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Receitas	31 607	17 251	48 859	18 866	25 842	44 708
Despesas	23 152	18 908	42 060	19 634	15 987	35 621
Negociados no país	10 171	5 118	15 289	1 086	8 990	10 077
Médio e longo prazo	8 289	5 529	13 818	1 404	8 274	9 678
Receitas	19 916	10 608	30 524	10 487	14 881	25 368
Despesas	11 627	5 080	16 707	9 083	6 607	15 690
Curto prazo	1 882	- 410	1 471	- 318	717	399
Receitas	5 231	1 726	6 958	1 892	1 284	3 176
Despesas	3 350	2 137	5 486	2 210	568	2 777
Negociados no exterior	-1 716	-6 775	-8 491	-1 854	865	- 989
Bônus	-2 431	- 572	-3 003	692	- 599	94
Privados	0	11	11	0	56	56
Desembolsos	0	11	11	0	56	56
Amortizações	0	0	0	0	0	0
Públicos	-2 431	- 584	-3 015	692	- 655	38
Desembolsos	525	0	525	1 775	2 325	4 100

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Amortizações	2 956	584	3 540	1 083	2 980	4 062
Valor de face	2 754	486	3 241	994	2 798	3 792
Descontos	- 202	- 97	- 299	- 88	- 182	- 270
<i>Notes e commercial papers</i>	1 493	-3 045	-1 552	- 640	124	- 516
Desembolsos	4 731	2 552	7 283	3 682	4 767	8 450
Amortizações	3 239	5 596	8 835	4 322	4 643	8 965
Títulos de curto prazo	- 777	-3 158	-3 935	-1 906	1 339	- 567
<i>Desembolsos</i>	1 204	2 354	3 558	1 030	2 529	3 559
Amortizações	1 981	5 511	7 493	2 937	1 189	4 126

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$ 46,2 bilhões, ante saídas líquidas de US\$ 767 milhões em 2008. Houve ingressos líquidos em ações de empresas brasileiras negociadas no país, US\$ 32,1 bilhões, comparadas a saídas líquidas verificadas em 2008, US\$ 10,9 bilhões. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram influxo, US\$ 10,1 bilhões, ante US\$ 15,3 bilhões no ano anterior. O mercado de bônus soberanos registrou ingressos líquidos de US\$ 38 milhões em 2009, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida. Do ponto de vista das novas emissões, destacuem-se os desembolsos totais, US\$ 4,1 bilhões, advindos das emissões de Global 19N e Global 41, na ordem, US\$ 1 bilhão e US\$ 1,3 bilhão, e duas reaberturas dos bônus Global 19N e uma do Global 37, respectivamente, US\$750 milhões, US\$ 525 milhões e US\$ 525 milhões. Em 2009, não houve desembolsos de organismos internacionais. As operações de *notes e commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US\$ 516 milhões, ante US\$ 1,6 bilhão em 2008. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 567 milhões em 2009, comparativamente a US\$ 3,9 bilhões, em 2008.

OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Empréstimos	-2 149	-2 669	-4 818	-13 238	-11 983	-25 221
Longo prazo	-2 043	-2 994	-5 037	- 59	- 72	- 131
Receitas	647	506	1 153	37	33	70
Despesas	2 689	3 500	6 190	96	105	201
Curto prazo (líq.)	- 106	325	219	-13 179	-11 912	-25 090
Moeda e depósitos	330	-2 562	-2 232	854	-8 662	-7 808
Bancos	1 161	2 269	3 430	- 394	-5 423	-5 817
Demais setores	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Demais	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Outros ativos	241	1 540	1 781	18	- 130	- 112
Longo prazo	14	20	34	17	- 3	14
Receitas	140	107	247	82	84	166
Despesas	126	87	213	65	87	152
Curto prazo	227	1 520	1 747	1	- 126	- 125

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$ 33,1 bilhões em 2009, contra US\$ 5,3 bilhões em 2008. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$ 131 milhões, ante US\$ 5 bilhões, em 2008. Os empréstimos de curto prazo apresentaram aplicações líquidas de US\$ 25,1 bilhões. As saídas líquidas de US\$ 7,8 bilhões na forma de moedas e depósitos no exterior refletiram as aplicações líquidas dos bancos, US\$ 5,8 bilhões, e a constituição de ativos dos demais setores, US\$ 2 bilhões.

OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	20 359	-12 210	8 149	14 745	2 497	17 241
Crédito comercial (de fornecedores)	9 645	-5 178	4 467	8 010	-3 922	4 087
Longo prazo	532	- 36	496	- 340	- 718	-1 057
Desembolsos	1 345	888	2 233	1 218	1 525	2 743
Amortizações	813	924	1 737	1 558	2 243	3 800
Curto prazo (líquido)	9 113	-5 142	3 971	8 350	-3 205	5 145

(continua)

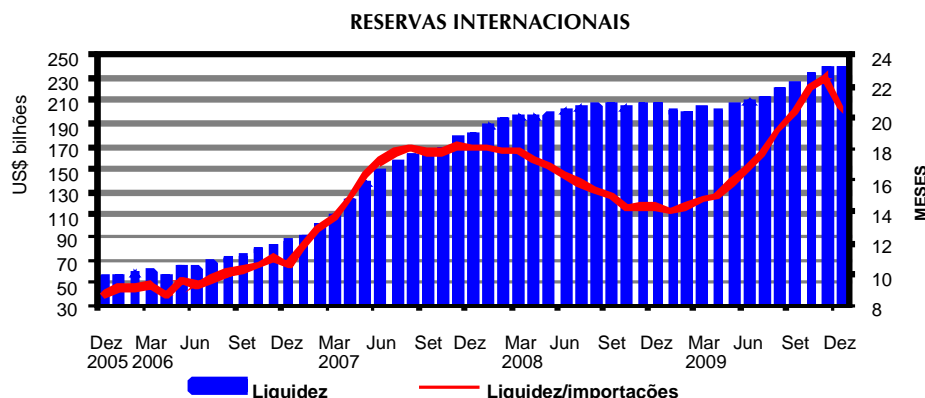
Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Empréstimos	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Autoridade monetária	-	-	-	-	-	-
Operações de regularização	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Demais setores	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Longo prazo	7 394	5 927	13 321	1 579	5 597	7 175
Desembolsos	10 858	10 716	21 573	6 926	13 556	20 482
Organismos1/	1 816	3 045	4 861	1 823	2 637	4 461
Agências	980	902	1 882	806	3 770	4 577
Compradores	5 003	4 137	9 140	3 152	5 214	8 366
Empréstimos diretos	3 058	2 632	5 690	1 144	1 935	3 079
Amortizações	3 464	4 789	8 253	5 347	7 960	13 307
Organismos1/	896	910	1 806	1 281	2 368	3 649
Agências	316	388	704	411	551	962
Compradores	1 001	1 635	2 636	1 671	2 737	4 407
Empréstimos diretos	1 251	1 856	3 107	1 984	2 304	4 288
Curto prazo	3 611	-11 759	-8 148	5 042	-3 556	1 486
Moeda e depósitos	- 294	-1 201	-1 495	114	420	534
Outros passivos	3	2	5	-	3 958	3 958
Longo prazo	-	-	-	-	3 962	3 962
Curto prazo	3	2	5	-	- 4	- 4

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US\$ 17,2 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US\$ 4,1 bilhões, ante US\$ 4,5 bilhões em 2008. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 1,1 bilhão. Os créditos de curto prazo líquidos somaram ingressos de US\$ 5,1 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$ 7,2 bilhões, concentrados em compradores, desembolsos líquidos de US\$ 4 bilhões, agências, US\$ 3,6 bilhões e organismos, US\$ 812 milhões. Os empréstimos diretos apresentaram amortizações líquidas de US\$ 1,2 bilhão. Os empréstimos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US\$ 1,5 bilhão, ante amortizações líquidas de US\$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$ 534 milhões. Os outros passivos de longo prazo registraram ingressos de US\$ 4 bilhões, resultado dos DES alocados pelo FMI ao Brasil, que constituem simultaneamente ativos externos, componentes das reservas internacionais, e passivos externos, na dívida.

2.3.5. Reservas Internacionais



O cenário econômico mundial apresentou quadro relativamente benigno em 2009, em comparação com o ano anterior. As intervenções *spot* da Autoridade Monetária no mercado doméstico de câmbio, que no primeiro bimestre do ano representaram vendas líquidas de US\$ 2,9 bilhões, já a partir do mês de maio passaram a resultar em compras líquidas no mercado de câmbio. Assim, o resultado acumulado das intervenções ao longo do ano revelou compras líquidas de US\$ 36,5 bilhões. As operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura, e apresentavam estoque de US\$ 8,3 bilhões no final de 2008, foram integralmente liquidadas em 2009. Já os empréstimos em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país, cujo estoque no final de 2008 era de US\$ 4,7 bilhões, tiveram amortizações líquidas de R\$ 4,2 bilhões ao longo de 2009, mantendo, ao final do

ano, estoque de R\$ 535 milhões. Ao final de 2009, as reservas internacionais atingiram US\$ 238,5 bilhões no conceito caixa, elevando-se US\$ 44,8 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, o qual inclui o estoque de operações de empréstimo em moedas estrangeiras, houve acréscimo de US\$ 32,2 bilhões no mesmo período, somando US\$ 239 bilhões.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$ 8,2 bilhões. Destacaram-se desembolsos de US\$ 1,8 bilhão, que incluíram US\$ 525 milhões da reabertura do *Global 37* e US\$ 1,3 bilhão do lançamento do *Global 41*, além da receita de juros de US\$ 4,8 bilhões com a remuneração das reservas. As demais operações elevaram o estoque em US\$ 1,7 bilhão, explicada principalmente pelas perdas de US\$ 4,2 bilhões em preços de títulos, pelos ganhos de US\$ 1,3 bilhão em paridade e por alocações de DES no valor de US\$ 3,9 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

Discriminação	US\$ milhões		
	2007	2008	2009
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	85 839	180 334	193 783
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenções)	78 589	- 5 438	36 526
Pronto	78 589	7 585	24 038
Linhas com recompra	-	- 8 338	8 338
Empréstimos em moeda estrangeira	-	- 4 685	4 151
2. Operações externas do Banco Central	15 905	18 887	8 211
Desembolsos	2 883	1 291	1 800
Bônus	2 883	525	1 800
Organismos	-	766	-
Amortizações	- 140	-	-
Bônus e MYDFA	- 138	-	-
Organismos	- 2	-	-
Clube de Paris	-	-	-
Juros	6 300	7 176	4 755
Bônus e MYDFA	- 7	-	-
Organismos	- 24	- 18	- 2
Clube de Paris	-	-	-
Remuneração das reservas	6 330	7 193	4 757
Demais ^{1/}	6 863	10 421	1 656
II - Total das operações do Banco Central (1 + 2)	94 495	13 450	44 736
III - Posição das reservas - conceito caixa	180 334	193 783	238 520
IV - Saldo de linhas com recompra	-	8 338	-
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	4 685	535
VI - Posição das reservas - conceito liquidez ^{2/}	-	206 806	239 054
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	78 589	2 900	28 188
Operações com clientes no país (líquido)	87 940	- 3 419	30 566
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{3/}	- 9 351	6 319	- 2 378

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

3/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA ^{1/}						
Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2009						
Jan	129	937	1 065	1 065	-	1 065
Fev	58	454	512	512	-	512
Mar	94	128	222	222	-	222
Abr	369	343	713	713	-	713
Mai	-	134	134	134	-	134
Jun	344	119	463	463	-	463
Jul	229	878	1 107	1 107	-	1 107
Ago	161	313	474	474	-	474
Set	98	245	343	343	-	343
Out	1 120	302	1 421	1 421	-	1 421
Nov	242	142	384	384	-	384
Dez	948	52	1 000	1 000	-	1 000
Ano	3 792	4 047	7 838	7 838	-	7 838

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o Tesouro Nacional (TN) manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações do TN em mercado somaram US\$ 7,8 bilhões, dos quais US\$ 3,8 bilhões foram referentes a principal e US\$ 4 bilhões a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: Global 09 (US\$ 1 bilhão), Global 09-F (US\$ 256 milhões), Global 18/A-Bond (US\$ 184 milhões) e Euro 09 (US\$ 347 milhões).

OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA				
Pela data de liquidação				
Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	US\$ milhões
				Total
2009				
Jan	129	5	37	171
Fev	58	1	13	72
Mar	78	2	18	98
Abr	22	0	7	29
Mai	-	-	-	-
Jun	88	3	14	105
Jul	44	1	10	55
Ago	161	4	48	213
Set	83	1	23	107
Out	119	2	30	152
Nov	242	8	58	308
Dez	59	2	15	77
Ano	1 084	30	273	1 388

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados cerca de US\$ 1,4 bilhão no mercado interno, dos quais US\$ 1,1 bilhão foram gastos nas amortizações (correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa), US\$ 30 milhões em juros decorridos e US\$ 273 milhões em despesas de ágio.

2.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2009, a dívida externa total alcançou US\$ 205 bilhões, elevando-se US\$ 6,6 bilhões em relação a dezembro de 2008. A dívida de médio e longo prazo cresceu US\$ 5,5 bilhões neste período, passando de US\$ 162 bilhões para US\$ 167 bilhões. Já a dívida de curto prazo aumentou US\$ 1,1 bilhão, de US\$ 36,4 bilhões para US\$ 37,5 bilhões. Os empréstimos intercompanhias elevaram-se US\$ 12,6 bilhões, atingindo US\$ 77,2 bilhões, dos quais US\$ 68 bilhões eram referentes a empréstimos de médio e longo prazo.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO^{1/}

					US\$ milhões
Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009-Set
A. Dívida total (B + C)	169 450	172 589	193 219	198 340	204 908
B. Dívida de médio e longo prazo ^{2/}	150 674	152 266	154 318	161 896	167 374
Programa de assistência financeira	-	-	-	-	-
FMI	-	-	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI (Alocações de DES)	-	-	-	-	4 574
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	6 948	-	-	-	-
Demais bônus	55 842	51 968	47 195	42 687	45 143
Financiamentos de importações	38 877	39 983	46 758	58 977	58 988
Organismos internacionais	21 779	25 148	26 981	30 023	30 735
Agências governamentais	8 614	6 259	6 482	6 854	6 613
Outros financiadores	8 483	8 575	13 295	22 100	21 639
Empréstimos em moeda	49 007	60 315	60 365	60 232	58 670
Notes ^{3/}	38 257	40 151	45 884	42 420	42 408
Empréstimos diretos	10 750	20 164	14 481	17 812	16 262
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	15 701	16 527	27 613	28 220	28 647
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações ^{4/}	3 075	3 796	11 288	8 224	8 887
Financiamentos	602	530	305	802	657
Empréstimos	2 473	3 266	10 983	7 421	8 230
D. Empréstimos intercompanhias	18 537	26 783	47 276	64 570	77 172
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A + D)	187 987	199 372	240 495	262 910	282 080

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

4/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. A partir de 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa subiu US\$ 2,5 bilhões, para US\$ 45,1 bilhões, dos quais, 97,5% referiam-se a bônus do setor público.

Do total da dívida externa de médio e longo prazo, em setembro de 2009, 35,1% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 27% a bônus e 35,2% a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda reduziu-se US\$ 1,6 bilhão no período, integralmente na modalidade de empréstimos diretos. Os financiamentos de comércio permaneceram estáveis, uma vez que a elevação nos financiamentos de organismos internacionais, no valor de US\$ 713 milhões, foi compensada pelas reduções nos financiamentos de agências governamentais e outros financiadores, nos valores de US\$ 240 milhões e US\$ 462 milhões, respectivamente.

Ainda no mesmo período, a dívida de curto prazo elevou-se US\$ 1,1 bilhão, ou 3%. Esse resultado foi influenciado, em sua maior parte, pelo desempenho das operações de empréstimos, que aumentaram US\$ 809 milhões.

Em setembro de 2009, considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 86% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor, com 50,7% do total da dívida, acumulando US\$ 88 bilhões em recursos de médio e longo prazo e US\$ 1,4 bilhão em recursos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazo do setor público concentrava-se na modalidade bônus, US\$ 44 bilhões, responsável por 50% do total. Os 49,3% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor privado, dividiam-se em US\$ 79,3 bilhões de médio e longo prazo e US\$ 7,5 bilhões de curto prazo.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos ^{1/}	Bancos	Notes ^{2/}
A. Total	45 143	35 426	37 995	45 632
B. Médio e longo prazos	45 143	35 310	33 363	42 408
Setor público	44 018	29 376	6 300	4 791
Setor público não-financeiro	44 018	24 375	2 032	2 265
Tesouro Nacional	44 018	10 437	1 085	-
Banco Central do Brasil	-	4 574	-	-
Estatais	-	1 646	493	2 265
Estados e municípios	-	7 718	455	-
Setor financeiro	-	5 001	4 268	2 527
Setor privado	1 125	5 933	27 063	37 617
Não-financeiro	1 000	3 444	22 244	21 780
Financeiro	125	2 490	4 818	15 837
C. Curto prazo	-	117	4 632	3 223
Empréstimos	-	100	4 217	-
Não-financeiro	-	-	868	-
Financeiro	-	100	3 350	-
Financiamento de importações	-	17	415	3 223
Não-financeiro	-	-	281	926
Financeiro	-	17	134	2 298
D. Empréstimos intercompanhias	265	-	-	3 120
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	45 408	35 426	37 995	48 751

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 638	3 466	1 961	176 261
B. Médio e longo prazos	6 613	3 241	1 297	167 374
Setor público	3 361	188	-	88 034
Setor público não-financeiro	2 183	188	-	75 060
Tesouro Nacional	592	124	-	56 254
Banco Central do Brasil	4	-	-	4 578
Estatais	1 184	59	-	5 645
Estados e municípios	404	6	-	8 583
Setor financeiro	1 178	-	-	12 974
Setor privado	3 252	3 053	1 297	79 340
Não-financeiro	3 092	3 051	608	55 219
Financeiro	160	2	688	24 121
C. Curto prazo	25	225	664	8 887
Empréstimos	25	-	664	5 007
Não-financeiro	25	-	245	1 137
Financeiro	-	-	420	3 869
Financiamento de importações	-	225	-	3 880
Não-financeiro	-	221	-	1 428
Financeiro	-	4	-	2 452
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	73 787	77 172
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	6 638	3 466	75 748	253 433

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2009, US\$ 75,1 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Deste total, 74,9% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US\$ 44 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 11,4% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, que representava 7,5% do total do setor público não-financeiro, distribuía-se principalmente entre *notes*, créditos de organismos internacionais, bancos e agências governamentais. Já a dívida do Banco Central do Brasil correspondia a 6,1% do total do setor público não-financeiro, sendo que quase a totalidade desta dívida é composta pelas alocações de DES junto ao FMI, classificadas como dívida junto a organismos internacionais. A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$ 21,1 bilhões em setembro de 2009, dos quais apenas US\$ 904 milhões constituíam dívida do setor privado.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA
Composição do principal por devedor e avalista

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009-Set
Governo federal (contratada diretamente)	75 345	75 161	63 942	58 991	54 373	56 254
Estados e municípios	6 904	6 474	6 815	7 055	8 199	8 583
Direta	-	0	-	41	27	5
Com aval	6 904	6 474	6 815	7 013	8 172	8 577
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	43 041	14 953	14 777	14 700	17 147	24 584
Direta	12 280	9 447	9 041	8 619	10 946	12 998
Com aval	30 761	5 505	5 735	6 081	6 201	11 586
Setor privado (com aval do setor público)	128	98	89	436	450	904
Total geral	125 418	96 686	85 622	81 182	80 169	90 326
Direta	87 625	84 608	72 983	67 652	65 346	69 258
Com aval	37 793	12 078	12 640	13 530	14 823	21 067
Pelo governo federal	37 604	12 034	12 597	13 454	14 688	20 447
Pelos estados e municípios	-	4	3	8	7	6
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	188	40	40	67	127	615

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de setembro de 2009, revela uma concentração de 38,6% do total de vencimentos no período de outubro de 2009 a 2012. A dívida de médio e longo prazos do setor público não-financeiro representa 28,5% dos vencimentos de médio e longo prazos até 2012, enquanto a dívida do setor privado representa outros 64,5%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 53,8% dos vencimentos de médio e longo prazo neste mesmo período, enquanto compradores e organismos internacionais correspondiam a 20,3% e 18,4%, respectivamente, de tais vencimentos.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR DEVEDOR
Esquema de amortização^{1/}

Discriminação	Estoque	2009	2010	2011	2012	2013
	(Out-Dez)					
A. Dívida total (B + C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730
Setor público não-financeiro	75 060	1 767	4 793	5 432	6 420	3 969
Governo central	60 832	1 474	3 687	4 163	5 217	2 689
Demais	14 228	292	1 106	1 268	1 203	1 280
Setor público financeiro	12 974	144	983	2 731	635	1 389
Setor privado	79 340	4 577	16 458	10 709	9 942	8 372
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	1 387	1 354	33	-	-	-
Setor privado	7 500	4 481	3 018	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601

(continua)

(continuação)

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B + C)	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
Setor público não-financeiro	3 011	5 758	3 641	4 585	1 152	34 533
Governo central	1 996	4 038	2 731	3 913	610	30 313
Demais	1 015	1 719	910	672	542	4 220
Setor público financeiro	621	580	507	463	1 453	3 469
Setor privado	4 298	6 217	4 559	3 171	1 424	9 614
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	13 649	16 977	11 795	11 998	6 961	58 957

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui operações de regularização.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOREsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2009	2010	2011	2012	2013
		(Out-Dez)				
A. Dívida total (B + C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730
Organismos internacionais	35 310	785	3 520	3 429	4 162	2 815
Agências governamentais	6 613	222	1 039	911	870	734
Compradores	18 398	1 077	4 264	3 956	3 806	2 805
Fornecedores	3 241	273	727	469	313	459
Empréstimos em moeda	58 670	3 131	10 450	7 084	5 115	5 039
Notes ^{2/}	42 408	1 856	7 493	2 944	2 797	3 381
Empréstimo diretos	16 262	1 275	2 957	4 140	2 319	1 659
Bônus	45 143	1 000	2 232	3 023	2 730	1 878
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601

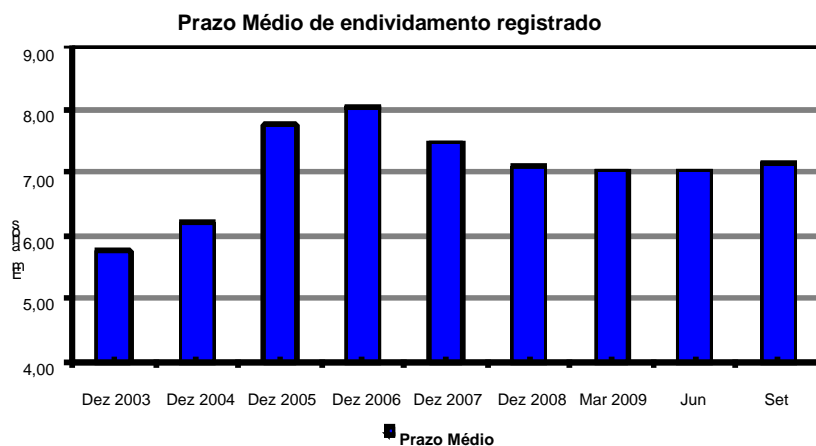
Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B + C)	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
Organismos internacionais	2 312	2 285	1 906	1 528	1 336	11 230
Agências governamentais	600	542	459	351	286	598
Compradores	1 317	471	378	60	15	248
Fornecedores	130	170	112	103	95	391
Empréstimos em moeda	2 450	5 813	4 055	2 960	2 214	10 358
Notes ^{2/}	1 682	4 465	3 490	2 635	1 983	13 594
Empréstimo diretos	768	1 348	565	324	231	676
Bônus	1 120	3 273	2 399	3 434	181	23 871
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	13 649	16 977	12 398	12 216	7 060	58 037

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui operações de regularização.

2/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

O prazo médio da dívida externa registrada subiu de 7,1 anos, na posição de dezembro de 2008, para 7,2 anos, na posição de setembro de 2009. Nesta última posição, a dívida referente a fornecedores/compradores era a modalidade que apresentava o menor prazo médio, 3 anos, enquanto aquela referente a bônus apresentava o prazo médio mais longo, 12,2 anos.



Fonte: Banco Central do Brasil

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO

Dívida externa registrada^{1/}

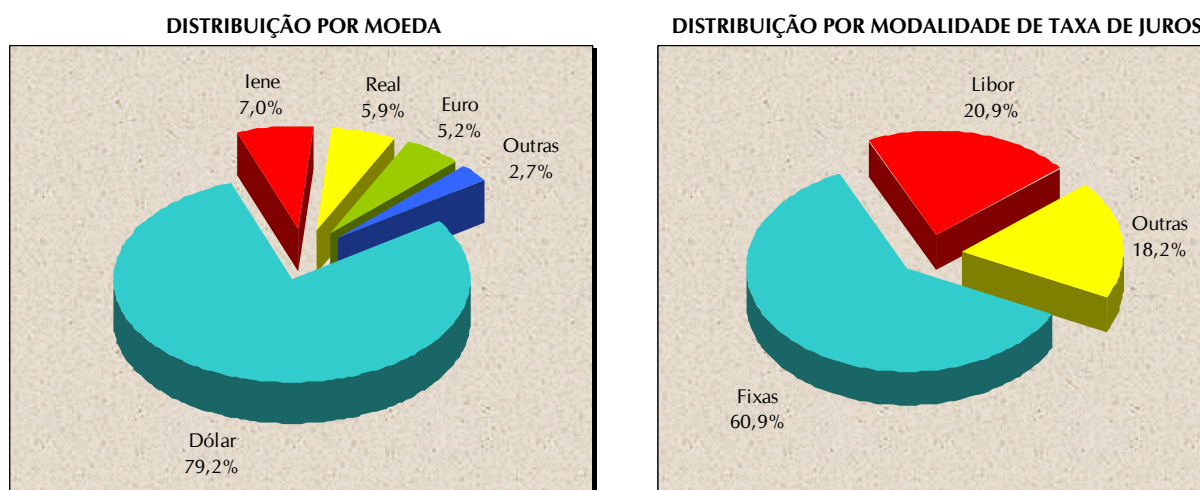
Discriminação	US\$ milhões	
	2009-Set	Prazo médio (anos)
A. Total	174 017	7,17
Organismos internacionais	35 295	7,86
Agências governamentais	6 593	4,84
Fornecedores/compradores	21 280	3,04
Empréstimos em moeda + curto prazo	65 706	4,90
Bônus	45 143	12,21
B/B	124	2,75
Global/Euro	43 894	12,46
Outros	1 125	3,69
B. Empréstimos intercompanhias	74 094	4,97
C. Total + intercompanhia	248 111	6,51

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui vencidos.

Na composição por moeda da dívida externa registrada, a participação do dólar norte-americano caiu de 79,8% do total, em dezembro de 2008, para 79,2%, em setembro de 2009. Assim, nesse período a participação das demais moedas subiu de 20,2% para 20,8%. A participação das dívidas registradas em euro caiu de 5,4% para 5,2%, nesse mesmo período, e a dívida registrada em iene caiu de 9,4% para 7%. Já a dívida registrada em real subiu de 5,3% para 5,9%, mantendo o real com a terceira maior participação na composição da dívida externa registrada, atrás do dólar norte-americano e do iene. Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou de 38,3% do total, em dezembro de 2008, para 39,1%, em setembro de 2009. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, mas com redução em sua participação relativa de 60,5% para 53,5%, no período analisado.

Composição da dívida externa registrada¹



Fonte: Banco Central do Brasil

2.3.8. Indicadores de Endividamento

Na posição de setembro de 2009, observou-se de maneira geral uma piora nos indicadores de endividamento externo, em relação a dezembro de 2008. Este resultado deveu-se principalmente à redução do valor em dólares das exportações e do Produto Interno Bruto (PIB) no período.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO^{1/}

	US\$ milhões					
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009-Set
Serviço da dívida ^{2/}	51 800	66 048	56 902	52 028	37 638	41 330
Amortizações ^{3/}	37 561	51 587	42 024	36 687	22 065	26 589
Juros brutos	14 239	14 460	14 878	15 342	15 573	14 741
Dívida de médio e longo prazos (A)	182 630	674	152 266	154 318	161 896	167 374
Dívida de curto prazo (B)	18 744	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Dívida total (C) = (A + B)	201 374	169	172 589	193 219	198 340	204 908
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	52 935	53 799	85 839	180 334	206 806	224 213
Reservas internacionais - conceito caixa	52 935	53 799	85 839	180 334	193 783	221 629
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{4/}	2 597	2 778	2 939	2 894	2 657	2 469
Haveres de bancos comerciais (F)	10 140	11 790	8 990	21 938	16 560	16 043
Dívida total líquida (G) = (C-D-E-F)	135 702	101	74 821	-11 948	-27 683	-37 817
Exportações ^{1/}	96 475	308	137 807	160 649	197 942	158 880
PIB ^{1/}	663 783	882	1088 911	1366 544	1636 022	1467 133
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	53,7	55,8	41,3	32,4	19,0	26,0
Serviço da dívida/PIB	7,8	7,5	5,2	3,8	2,3	2,8
Dívida total/exportações	208,7	143,2	125,2	120,3	100,2	129,0
Dívida total/PIB	30,3	19,2	15,8	14,1	12,1	14,0
Dívida total líquida/exportações	140,7	85,4	54,3	- 7,4	- 14,0	- 23,8
Dívida total líquida/PIB	20,4	11,5	6,9	- 0,9	- 1,7	- 2,6

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

2/ Para setembro de 2009, acumulado em 12 meses.

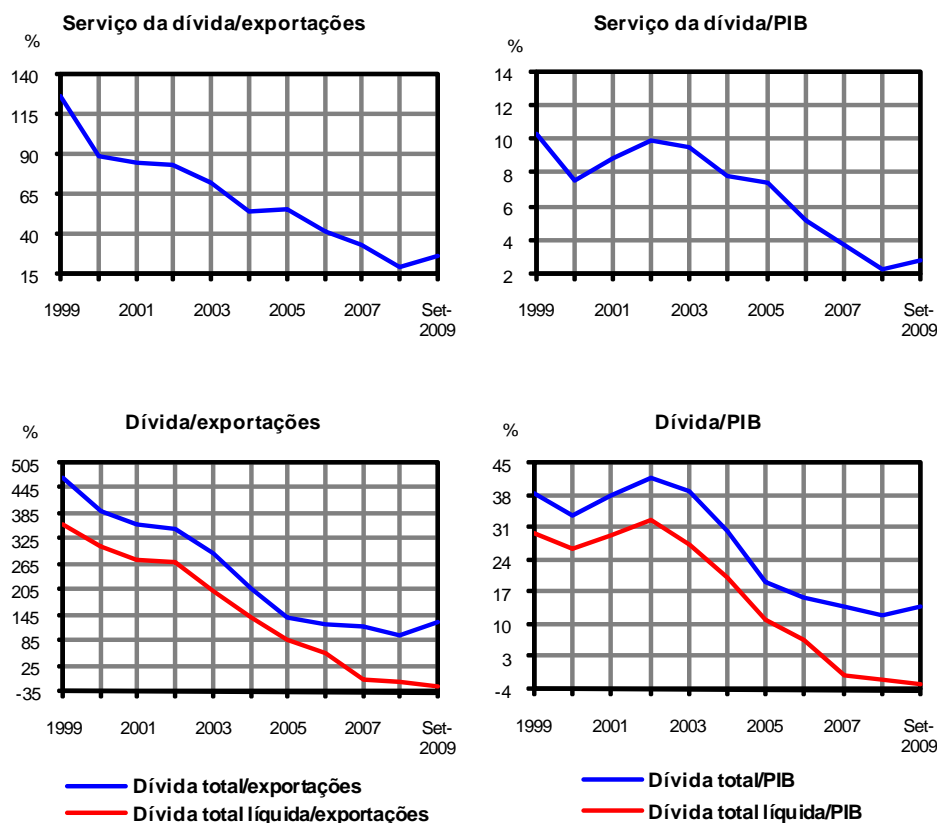
3/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

4/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

¹ Posição de setembro/2009

No período analisado, enquanto o serviço da dívida cresceu 9,8%, o valor das exportações caiu 19,7%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações de 19% para 26%. Devido à queda de 10,3% do PIB em dólares, associada à elevação de 3,3% da dívida externa total, a dívida externa total em relação ao PIB elevou-se de 12,1% para 14%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB subiu de 2,3% para 2,8%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações cresceu de 100% para 129%. Já a dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2008 tinha posição superavitária de US\$ 27,7 bilhões e representava -14% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, aumentou esta participação superavitária para -23,8% em setembro de 2008, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -1,7% para -2,6%, no período analisado.

Indicadores de endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil

2.3.9. Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2009 somou US\$ 4,1 bilhões. Ocorreram captações distribuídas ao longo do ano no mercado internacional, todas denominadas em dólar, com o lançamento e duas reaberturas do Global 19N, o lançamento do Global 41 e a reabertura do Global 37. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. Os prêmios de risco, a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), nos lançamentos de 2009 tiveram os valores de 370 pontos básicos para o lançamento do Global 19N; 252 pontos básicos para a primeira reabertura do Global 19N; 195 pontos básicos para a reabertura do Global 37; 175 pontos básicos para o lançamento do Global 41; e de 114 pontos básicos, para a reabertura do Global 19N.

EMISSIONES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{7/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	06.05.2003	16.01.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.06.2003	17.06.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11 ^{8/}	07.08.2003	07.08.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	07.08.2003	15.04.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.01.2004	20.01.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor3m + 5,76	Libor 3m + 5,94	359
Global 14 ^{9/}	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12 ^{10/}	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.01.2006	20.01.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	03.02.2006	03.02.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.03.2006	20.01.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	02.06.2006	20.01.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.08.2006	20.01.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.09.2006	05.01.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	05.01.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	05.01.2022	15	346	12,500	11,66	-

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Global 37 (Reabertura)	30.01.2007	20.01.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.02.2007	10.01.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.03.2007	10.01.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17 (Reabertura)	11.04.2007	17.01.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.05.2007	10.01.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.06.2007	10.01.2028	21	393	10,250	8,63	-
Global 17 (Reabertura)	14.05.2008	17.01.2017	10	525	6,000	5,30	140
Global 19N	13.01.2009	15.01.2019	10	1 025	5,875	6,13	370
Global 19N (Reabertura)	14.05.2009	15.01.2019	10	750	5,875	5,80	252
Global 37 (Reabertura)	05.08.2009	20.01.2037	30	525	7,125	6,45	195
Global 41	07.10.2009	07.01.2041	30	1 275	5,625	5,80	175
Global 19N (Reabertura)	22.12.2009	15.01.2019	10	525	5,875	4,75	114

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: IRL500 bilhões em 26.6.1997 e IRL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

A dívida externa reestruturada totalizou US\$ 124 milhões em setembro de 2009, apresentando uma redução de US\$ 31 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2008. Esta redução é explicada pela amortização do *Exit Bond* (BIB), única operação remanescente deste segmento da dívida externa.

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA – BRADIES, PRÉ-BRADIES E MYDFA

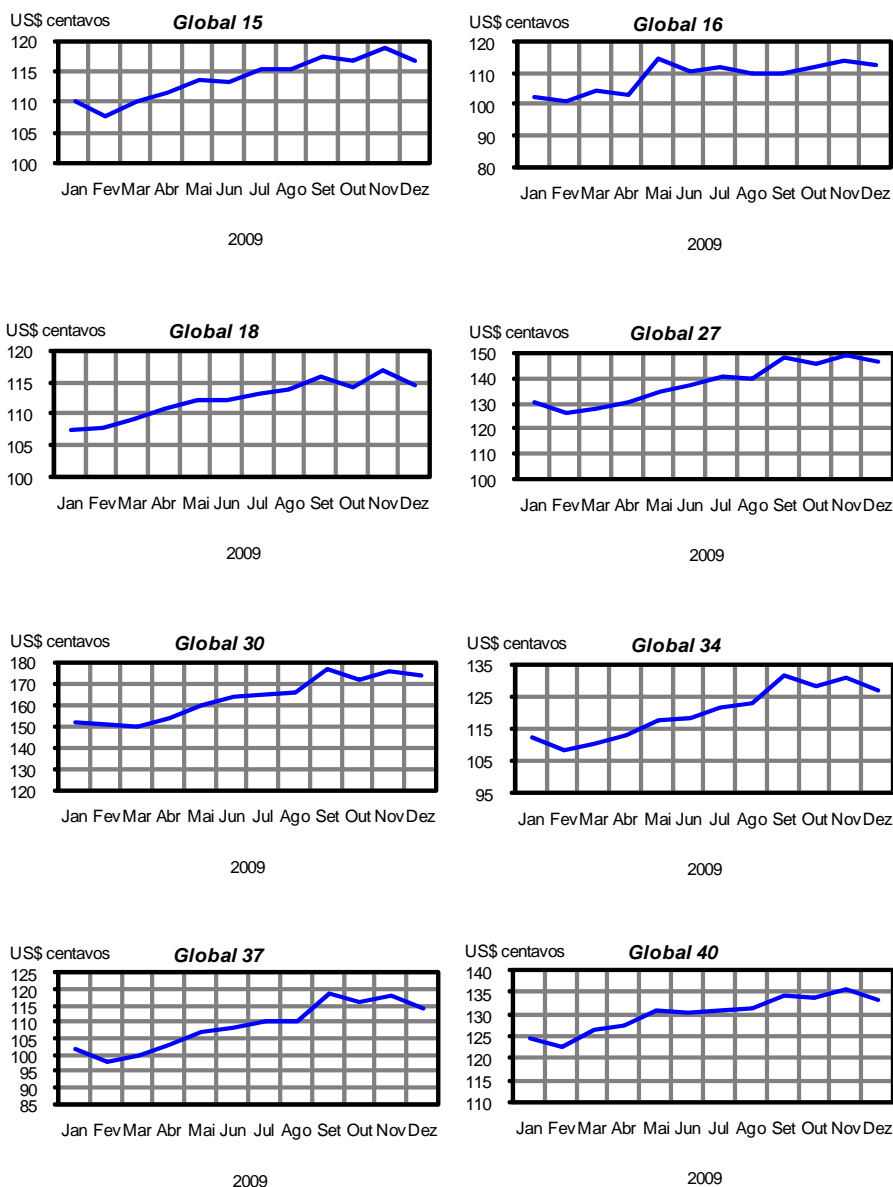
Discriminação	Saldo em 30.9.2009 US\$ milhões	Data de vencimento
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	-	-
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	-	-
<i>Discount Bonds</i>	-	-
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	-	-
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB)	-	-
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	-	-
<i>Par Bonds</i>	-	-
<i>Exit Bond</i> (BIB) - (Pré-Bradies)	124	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	-	-
Total	124	-

Fonte: Banco Central do Brasil

Títulos da dívida externa brasileira

Em 2009, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi favorável. De uma maneira geral, houve queda das cotações no primeiro bimestre do ano, mas com elevação dos preços a partir do bimestre seguinte até o final do ano.

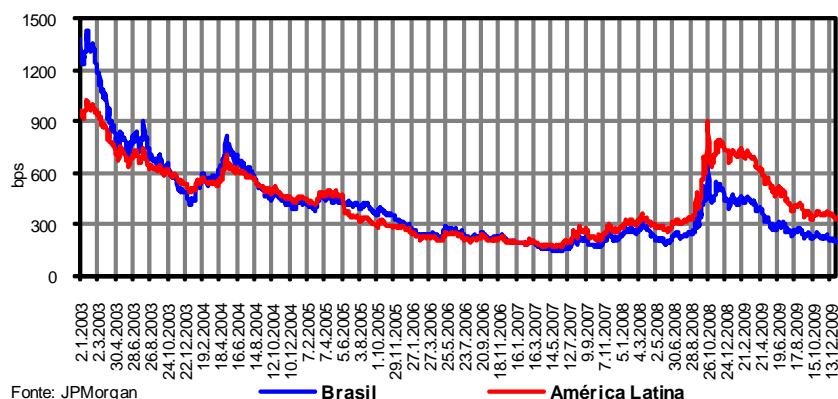
COTAÇÕES DE TÍTULOS BRASILEIROS NO EXTERIOR



Fonte: Banco Central do Brasil

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2009, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 306 pontos básicos, similar ao valor médio ocorrido em 2008, de 302 pontos básicos. Porém, ao contrário do ano anterior, ao longo de 2009 houve uma tendência de redução do índice de risco Brasil, principalmente no primeiro semestre. Assim, em 2009 o índice caiu de 428 pontos básicos para 192 pontos no fechamento do ano, sendo este último o valor mínimo atingido pelo índice no ano.

ÍNDICE DE RISCO BRASIL



2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII)

POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO

	US\$ milhões		
Discriminação	2007	2008	2009-Set
Posição internacional de investimento (A-B)	- 550 408	- 278 798	- 491 008
Ativo (A)	369 876	412 790	474 586
Investimento direto brasileiro no exterior	136 103	162 218	160 851
Participação no capital ^{1/}	107 556	121 415	124 217
Empréstimos intercompanhia	28 547	40 803	36 633
Investimentos em carteira ^{2/}	23 178	21 307	22 335
Investimentos em ações	6 644	6 387	6 797
Títulos de renda fixa	16 534	14 920	15 539
Bônus e notas	7 846	6 352	6 972
Títulos de curto prazo	8 688	8 568	8 567
Derivativos	142	- 156	- 463
Outros investimentos	30 119	35 637	70 235
Crédito comercial (de fornecedores)	99	99	24 015
Empréstimos	785	5 602	16 110
Moeda e depósitos	22 543	24 776	24 641
Outros ativos	6 692	5 160	5 469
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 076	1 326	1 560
Ativos de reservas	180 334	193 783	221 629
Passivo (B)	920 284	691 588	965 594
Investimento estrangeiro direto	309 668	287 697	384 681
Participação no capital ^{1/}	262 392	223 127	307 509
Empréstimos intercompanhia	47 276	64 570	77 172
Investimentos em carteira	509 648	287 533	460 136
Investimentos em ações	363 999	149 608	301 099
No país	165 708	71 350	152 072
No exterior	198 291	78 258	149 027
Títulos de renda fixa	145 650	137 925	159 037
Bônus e notas	145 650	137 925	159 037
No país	46 631	49 289	68 263
No exterior	99 018	88 636	90 774
Médio e longo prazos	93 079	85 107	87 551
Curto prazo	5 939	3 529	3 223
Derivativos	1 771	2 450	2 477
Outros investimentos	99 197	113 908	118 300
Crédito comercial (de fornecedores)	5 197	6 241	3 466
Médio e longo prazos	5 063	5 906	3 241
Curto prazo	134	335	224
Empréstimos	89 003	103 463	106 094
Autoridade monetária	14	10	4

(continua)

Discriminação	2007	2008	2009-Set
Passivo (B) (continuação)			
FMI	88 989	103 454	106 090
Outros empréstimos de longo prazo	56 162	70 873	72 005
Curto prazo	26 981	30 023	30 735
Demais setores	6 482	6 854	6 613
Médio e longo prazos	8 232	16 194	18 398
Organismos	14 467	17 802	16 258
Agências	32 827	32 580	34 086
Crédito de compradores	4 996	4 204	4 166
Empréstimos diretos	73	104	61
Curto prazo	4 923	4 101	4 105
Moeda e depósitos	-	-	4 574
Autoridade monetária	-	-	-
Bancos	-	-	-
Outros passivos	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Analisando-se a PII, observou-se aumento de 76,1% em seu passivo líquido, entre dezembro de 2008 e setembro de 2009, de US\$ 279 bilhões para US\$ 491 bilhões. A elevação da posição devedora da PII foi função, principalmente, do crescimento de US\$ 274 bilhões em seu passivo externo, o qual foi apenas parcialmente compensado pelo acréscimo de US\$ 62 bilhões verificado em seu ativo externo. Entre os fatores que mais contribuíram para a majoração do passivo externo, sobressaiu o aumento de US\$ 173 bilhões no estoque de investimento em carteira, bem como o crescimento de US\$ 97 bilhões no estoque do investimento estrangeiro direto. Dentro do investimento em carteira, verificaram-se elevações de US\$ 151 bilhões no estoque de investimento em ações e de US\$ 21,1 bilhões no estoque de títulos de renda fixa. O estoque de outros investimentos subiu US\$ 4,4 bilhões. Com relação aos ativos externos, no período analisado, verificou-se incremento de US\$ 62 bilhões, resultante, em sua maior parte, dos aumentos de US\$ 27,8 bilhões das reservas internacionais e de US\$ 34,6 bilhões de outros investimentos. Nesta última categoria, destacou-se a elevação de R\$ 23,9 bilhões em créditos comerciais.